

O conceitual e/ou convencional nos processos de significação

Virgínia Abrahão

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: O presente artigo relembra a discussão já clássica dentro dos estudos lingüísticos: “Nominalismo x Convencionalismo”, percorrendo alguns autores, buscando retomar, mas ao mesmo tempo transpor essa discussão em direção a uma outra que a antecede, ou seja, a questão do convencional e do conceitual nos processos de significação.
PALAVRAS-CHAVE: Nominalismo; convencionalismo; significação.

A questão *nominalismo / convencionalismo* remonta aos gregos, que procuravam a verdade ou a maior fidelidade possível nas interpretações. Platão, no *Crátilo*, elabora um diálogo sobre esta questão, o qual penso ser importante retomar tendo em vista situar a questão da tese nominalista naquele contexto.

O diálogo *Crátilo*, de Platão, foi composto por volta de 388 a.C. Neste diálogo são apresentadas duas teses: a de Hermógenes e a de Crátilo. Crátilo foi o primeiro mestre de Platão e se destaca como tendo sido um dos primeiros filósofos a valorizar a linguagem dentro de um contexto de crescente preocupação com a retórica e a oratória, somando-se à tradição de interpretação dos poemas homéricos e à necessidade de precisão nessa interpretação.

Danilo Marcondes, no artigo *A concepção de linguagem no “Crátilo” de Platão*, apresenta e analisa as duas teses:

A tese de Hermógenes é a primeira a ser apresentada (384 c-d), e pode ser formulada assim: a correção do nome se dá por convenção. Ou seja, a relação entre palavra (*ónoma*) e coisa (*pragma*), através da qual a palavra designa ou nomeia uma coisa (ou tipo de coisas), é uma relação puramente convencional. “Por natureza (*physei*) nenhum nome pertence a nenhum objeto em particular, mas apenas por efeito do costume (*nomos*) e do uso (*éthei*) daqueles que usam o nome e assim nomeiam as coisas” (384 c-d). Os termos que expressam a idéia de convenção nas diversas formulações da tese de Hermógenes nesta parte do diálogo são, respectivamente: *nomos*, que

podemos traduzir por norma, lei, regra, mas também por uso, costume: *ethos*, significando uso, prática, hábito, tradição; *synthéke*, que significa acordo, consenso. Estas noções podem ser aproximadas da noção de *doxa*, entendida aqui enquanto opinião coletiva, consenso, acordo mútuo. A língua é precisamente aproximada da *doxa* na medida em que é, por excelência, o meio de constituição e fixação da opinião comum. (Marcondes, 1986: 78)

Quanto às concepções presentes na tese de Crátilo, Danilo Marcondes comenta:

Uma diferença capital marca, entretanto, a concepção de Crátilo em relação à dos Sofistas. Enquanto a concepção sofística é essencialmente relativista, em um sentido que podemos chamar de social, entendendo a questão da correção dos nomes como dependendo fundamentalmente de usos, práticas, costumes, convenções; a concepção de Crátilo, inspirada no *logos* heraclítico, é basicamente a de que os nomes possuem um elo comum, por sua natureza, com as coisas que nomeiam. O ato de nomear é, portanto, uma forma de expressar a essência da coisa nomeada, de, ao defini-la, revelar sua natureza. Para isso é necessário contudo, sob pena de se cair em uma contradição grosseira, postular a existência de uma linguagem ideal, precisamente no sentido do *logos* de Heráclito, para além da diversidade das línguas existentes. O acesso a esta linguagem seria possível a partir do exame etimológico e da decomposição dos nomes em seus elementos primitivos. (id. ib., p. 77)

A tese de Hermógenes é objetada por Sócrates principalmente por implicar um relativismo no relacionamento do homem com a realidade, o qual Platão pretende combater e refutar, segundo Danilo Marcondes. Platão busca na linguagem a verdade, expressão da própria natureza das coisas (*ousia*). Se a linguagem é convenção, é capaz de estabelecer o sentido de um termo de forma consensual, mas não a verdade do discurso.

Pela análise etimológica Crátilo propõe que se descubra a “virtude própria do nome”, sua significação (*dynamis*, 394b3). (id. ib., p.80) Devido a essa tese o *Crátilo* contém um exame de 140 etimologias de palavras.

Crátilo busca ainda uma correspondência entre elementos fonéticos e elementos do real:

Assim, certas letras, consideradas aqui em seu valor fonético, expressam certas qualidades: o (rho) imita o movimento, o (lambda) imita a maciez, o (ómicron) imita o redondo, etc. (426c). Entretanto, como observa Sócrates, a simples imitação de sons não é suficiente para nomear, é preciso imitar a natureza da coisa, não apenas sua aparência superficial. Os elementos fonéticos que compõem os nomes devem expressar a essência das coisas nomeadas. (Marcondes, 1986:81)

Sócrates desenvolve, então, uma crítica à concepção de Crátilo, a partir da noção de *mimesis*: “O ponto básico é que o nome é uma coisa, e aquilo que ele significa, outra; ora, o nome deve imitar a coisa que designa, entretanto a imitação será sempre necessariamente ou parcial ou inexata.” (id. ib., p. 82)

Quando Sócrates levanta o exemplo da palavra *sklerótes*, que significa “dureza” apesar de ter como um de seus constituintes a letra *lambda* que, segundo Crátilo, representaria maciez, suavidade. Crátilo diz que compreendemos esse termo devido ao uso. “Ou seja, com isso Crátilo acaba por admitir o papel das convenções no estabelecimento dos nomes.” (id. ib., p. 82)

É importante reiterar da tese de Crátilo que ele assume *ónoma*, normalmente traduzido por nome, como a base da linguagem. Kretzmann (1971:126 apud Marcondes, 1986:84) assinala que esse termo equivale não só aos substantivos e nomes próprios, mas aos adjetivos, participios e à descrição definida, encontrando-se exemplos de todos estes casos ao longo do diálogo.

Segundo Marcondes (1986, p. 84), primordial é perceber no nome o seu *caráter referencial* (designar as coisas da realidade é a forma por excelência de se classificar o real, de recortá-lo) e o seu *caráter cognitivo* (deve ensinar-nos sobre a natureza das coisas que designa), por isso Crátilo postula uma linguagem ideal, para além da diversidade própria do uso.

Contudo Crátilo ainda está distante de uma concepção lógica da linguagem que só se desenvolverá em Aristóteles. O caráter material do nome que tem a função de designar objetos torna difícil para Crátilo explicar a função cognitiva do nome. Afinal, o empírico é necessariamente convencional.

Na verdade o convencional já pressupõe uma natureza na qual se possa basear e a explicação naturalista pressupõe a convenção para explicar a aceitação dos nomes. (id. ib., p. 85)

Apesar de o Crátilo não oferecer uma pista de como caracterizar essa pretensa linguagem ideal (424e-425b), há quem acredite que neste diálogo Hermógenes tratasse do lado empírico da linguagem, enquanto Crátilo da manifestação lingüística de um esquema conceitual correto, aquilo que torna a linguagem aceitável.

A partir da análise do Crátilo podemos conceber que exista no nominalismo tanto uma *postura referencialista* quanto uma *postura cognitivista*, conforme anteriormente exposto, já que quando se pensa em nomes que se ligam a objetos do mundo real entende-se que esses nomes sejam responsáveis pela atribuição de características e classificações dos objetos em categorias cognitivas. Evidentemente essa estruturação cognitiva é conceitual.

Também ao convencionalismo pode-se atribuir uma contraparte cognitiva pois a tradição normatiza os usos consensualmente estabelecidos e nós, de alguma forma, herdamos as convenções lingüísticas. Deste modo, tenderíamos a conceber as convenções como conceptualizações.

O que percebemos nos estudos em Semântica hoje é exatamente essa confusão entre a aquisição dos conceitos a que as palavras remetem e as convenções.

É essa a postura da Semântica Conceitual em Ladusaw (1988), para quem o significado nas línguas naturais é uma informação estrutural que é mentalmente codificada durante a existência humana. O fato de compartilharmos significados comuns leva-nos a crer nas estruturas informacionais mentais do significado.

Para esse autor as regras de representação são finitas e não aleatórias. Acredita, porém, que é possível o significado ser aprendido no curso da aquisição da linguagem.

O significado das expressões lingüísticas consiste, para esse autor, na instanciação mental ao nível das estruturas conceituais. Deste modo, a linguagem veicula não o mundo real, mas o mundo construído pelo falante.

Ray Jackendoff (1988) também trabalha a nível da Semântica Conceitual. Usa porém dois significados para o conceito: conceitos externos (*E concepts*) e conceitos internos (*I concepts*), sendo os últimos aqueles que criamos para fazer representações mentais de informações. Para esse autor, com um número reduzido de conceitos criamos inúmeros outros.

Há muitas diferenças entre esses dois autores, porém o que interessa neles é esse nível de representação não referencial e por isso, de alguma forma, convencional. São os *inputs* externos que, em conjunto com os significados avaliáveis pela representação interna, constituem o complexo processo computacional responsável pelo significado. Portanto, a relação da linguagem com a realidade é intermediada pela representação.

Essa concepção está distante do que poderíamos chamar o caráter referencial do nominalismo, mas também distante do que entendemos até agora por convencionalismo, como acordo coletivo firmado no uso.

Trata-se de uma postura idealista que explica a relação entre a linguagem e a realidade através do sentido, dentro de uma relação subjetiva, conforme retomaremos adiante.

Hill (1988) assume a postura de que o homem já nasce com determinadas categorias, mas essas categorias não são fechadas, há uma grande influência do contexto na estruturação da linguagem.

Nessa autora nominalismo e convencionalismo mantêm uma relação como a anteriormente comentada: o convencionalismo pressupõe uma natureza na qual se possa basear, assim como o natural. nato, pressupõe convenções para explicar a sua aceitação.

A autora não assume qualquer dos pólos radicalmente, mantendo uma postura bastante equilibrada durante todo o texto. O significado para ela é socialmente / interacionalmente construído, mas necessita de uma contraparte conceitual primária básica para se estruturar.

Palmer (1984) tenta fundamentar as bases da Semântica nas relações de sentido (as quais ele considera internas à linguagem) e nas relações referenciais (as quais ele considera exteriores à linguagem). Descarta as abordagens centradas no nominalismo e as mentalistas, admitindo que o significado lingüístico é construído contextualmente. Para ele o sentido faz parte das relações intralingüísticas, diz respeito à história, ao contexto situacional. Essa visão o leva a postular duas vertentes nos estudos semânticos: uma mais pragmática e outra mais intralingüística.

Essas observações nos levam a concluir que o autor dicotomiza os estudos lingüísticos entre *mais nominalistas*, no sentido de referencialistas, ou *mais convencionalistas*, no sentido de estratégias intralingüísticas possíveis, codificáveis. Apesar de assumir um papel relevante do contexto na formação do significado, Palmer acaba por admitir um igual peso na relação referencial.

Os funcionalistas Peres (1984) e Dijk (1992) situam a questão da significação claramente nas relações contextualmente estabelecidas, no social, negando qualquer dos postulados mentalistas. Situam-se dentro de uma abordagem marcadamente convencionalista.

No entanto, como em Palmer, op. cit., admitem, estranhamente, que o convencionalismo é mais intralingüístico, que o significado se constrói dentro da proposição e não na relação direta com a palavra; enquanto no nominalismo o sentido estaria centrado na palavra. Ou seja, limitam o nominalismo ao referencialismo e o convencionalismo à norma, à gramaticalização.

Ora, essa dicotomização é extremamente simplista e pouco coerente com uma abordagem que prioriza a significação, processo muito mais complexo e controverso, que possui uma contraparte material e outra circunstancial.

Aparentemente soa absurdo questionar o caráter convencional da linguagem já que os indivíduos parecem estar de acordo ao utilizá-la tal como se apresenta. Segundo David Lewis (1975:7 apud Davidson 1985:9) “o fato de que há convenções lingüísticas é um lugar-comum, algo que só um filósofo sonharia negar”.

O significado literal que diz respeito aos pressupostos e à organização gramatical/lexical é convencional. Contudo, as convenções não podem assegurar o que nossas palavras de fato querem significar.

As sentenças em seu uso *standard* podem ter significados constantes, regulados por convenções, mas as sentenças em uso recebem conotações variadas. Não existe uma convenção para os diversos usos da linguagem. Em uso a linguagem está sempre produzindo um sentido ulterior como: impressionar, divertir, insultar, persuadir, advertir, lembrar, etc. A frase assertiva não é convencional pois nunca se sabe a reação que ela vai provocar no ouvinte. O propósito dos falantes não é produzir significados literais mas empregar as palavras com um certo significado e força.

Donald Davidson, no artigo *Comunicação e convenção*, discute se a convenção é uma condição para a linguagem.

Partindo não do significado literal das palavras, mas da comunicação lingüística, o autor defende que a convenção não explica a comunicação lingüística embora esta freqüentemente empregue a repetição governada por regras:

O fato de que o propósito ulterior de uma enunciação e seu significado literal sejam independentes, no sentido que o segundo não pode ser derivado do primeiro, não é uma característica accidental da linguagem, mas pertence à sua essência. Denomino esta propriedade de princípio da *autonomia do significado*. (Davidson, 1985:17)

Para esse autor a linguagem não pode ser explicada comparando-a a um jogo, pois para o jogo as convenções são essenciais, mas para a linguagem não há a necessidade de explicitação de regras tacitamente. Para ele, se é que a linguagem tem algo de convencional é simplesmente “o fato de que as pessoas tendem a falar como fazem seus vizinhos”. (id. ib., p.19) Ou seja, há uma convergência condicionalizada que aproxima os falantes a que ele chama de *arte social*.

Sem dúvida o falante deve ter *alguma* idéia de como o ouvinte é capaz de usar as indicações pertinentes; e o ouvinte tem que saber o bastante a respeito do que pode esperar. Porém, tal conhecimento geral dificilmente se reduz a regras, e muito menos a convenções práticas. (Davidson, 1985: 19)

O mesmo autor afirma que enquanto intérpretes “temos uma excelente capacidade de interpretar corretamente palavras que jamais tínhamos ouvido,

ou palavras que jamais tínhamos ouvido com os significados que o falante lhes está dando". (id. ib. p. 18)

Segundo David Lewis op. cit. (apud Davidson 1985:5-6) uma convenção é uma *regularidade* R que tem as seguintes propriedades:

(1) Todos os participantes obedecem a R e (2) acreditam que os demais também obedecem. (3) A crença de que outros obedecem a R fornece a todos os participantes uma boa razão para obedecer a R. (4) Todos os participantes preferem que se obedeça a R. (5) R não é a única regularidade possível que satisfaz às duas últimas condições. (6) Finalmente, todos os participantes conhecem (1) – (5) e sabem que todos os demais conhecem (1) – (5).

Para Davidson *regularidade*, nessa perspectiva acima exposta, deve significar regularidade no decorrer do tempo, e não apenas acordo momentâneo. Algo deve ser percebido como recorrente para que haja convenção. Para este autor só as estruturas sonoras obedeceriam a esse nível de recorrência.

Davidson vê a linguagem como uma prática compartilhada que convencionamos mais do que é convencionalizada. Afinal, tudo o que está convencionalizado na sociedade passa pela linguagem, mas a linguagem não está regulada por convenções. Por exemplo, a ordem alfabética do dicionário é uma convenção, contudo, os significados lá presentes não são uma convenção e sim um acordo mútuo sempre reversível, inconstante.

O sistema lingüístico é arbitrário e não convencional, ninguém o inventou e o estabeleceu. O caráter arbitrário do signo é óbvio, porém, não convencionamos todo e qualquer arbitrário. Ele permanece solto. O que nos faz confundir o caráter arbitrário com o convencional é que o que é convencional é, num certo sentido, arbitrário, mas o arbitrário não é necessariamente convencional mas uma prática compartilhada.

Assim, o autor conclui que a convenção não é uma convenção para a linguagem mas a linguagem é uma condição para termos convenções.

O que a questão nominalismo / convencionalismo propõe na verdade é a discussão sobre a relação entre linguagem e realidade.

Para os logicistas a representação cognitiva da linguagem não é subjetiva. Já para os idealistas o real é a idéia que eu tenho do real (sujeito transcendental). Wittgenstein (1984) entende a linguagem como prática, modo de ação. Nem a linguagem constitui o real de modo independente (logicistas), nem o sentido explica a relação entre a linguagem e a realidade (idealistas). Em Wittgenstein a linguagem surge a partir de contextos compartilhados. Tudo se passa no domínio do estritamente contingente, via necessidade. O sujeito possui experiências de significado. Para Wittgenstein a expressão *Chove* só tem sentido no uso. Ele questiona a qualidade da convenção lingüística dizendo

que no momento da interpretação não só o contexto, os pressupostos e as relações gramaticais atuam, mas atua também o sujeito com a sua visão de mundo. Para esse filósofo a linguagem é *uma forma de vida* e não somente um lugar comum, previamente acordado e convencionalizado.

O sujeito sempre emerge, se constitui, num contexto determinado, na medida em que ele se apropria e reage à linguagem. Afinal, para Wittgenstein a palavra não contém o significado como uma sombra.

Essa questão da natureza do significado tem interessado aos filósofos devido a sua contraparte epistemológica. Faz muita diferença conceber a relação linguagem/realidade como objetiva ou subjetiva; intermediada pelo sentido ou direta.

Aparentemente se diria que há muitas semelhanças entre as teses de Hermógenes e Wittgenstein, no entanto, as diferenças são marcantes pois para Wittgenstein a linguagem se faz não só via convenção mas, principalmente, via visão de mundo dos sujeitos envolvidos, obedecendo não a convenções mas a contingências, no que resultaria em novas posturas frente ao conhecimento.

Saussure (1972), ao comentar sobre a “natureza do signo lingüístico” inicia sua argumentação opondo-se às teses nominalistas. Esse autor faz avançar essa discussão ao isolar o referente, mas mantém-se numa postura convencionalista cognitivista. Não estamos pretendendo levantar as já tão discutidas teses saussureanas, porém, o grande problema presente na sua obra parece ter sido o de estabelecer uma relação unívoca entre significantes e significados, afinal, uma palavra pode se remeter a inúmeros significados e um significado pode caber em várias palavras, tudo isso na dependência do contexto comunicativo.

Essa constatação em si já rompe com a tese convencionalista, afinal, trata-se de processos de produção de sentidos e não simplesmente dos usos dos signos.

Discussões dessa ordem, apesar de retomar questões já tão elaboradas, tornam-se relevantes na medida em que negam as teorias lingüísticas distanciadas das práticas de linguagem, demonstrando que somente quando a linguagem é pensada enquanto prática é que ela lembra os sujeitos que nela se constituem.

Referências Bibliográficas

- DIJK, T.A. Questões de análise funcional do discurso. In DIJK et alii. *Cognição, discursos e interação*. SP: Contexto, 1992. Cap. 7.
- DONALD, Davidson. Comunicação e convenção. (Trad. de Marcelo Dascal). In *Cadernos de estudos lingüísticos*. Nº 9. 1985. p. 9 – 22
- HILL, J.H. Language, culture and world view. In NEWMEYER, F.J. *Linguistics: the Cambridge survey*. Vol IV, Cambridge. UP: 1988. (cap. 4)
- JACKENDOFF, R. Conceptual semantics. In ECO, N. et alii. *Meaning and mental representations*. Indiana. UF: 1988.
- LADUSAW, W.A. Semantic theory. In NEWMEYER, F.J. *Linguistics: the Cambridge survey*. Vol I, Cambridge. UP: 1988. (cap. 4)
- PALMER, F. R. *A Semântica*. (Trad. de Ana Maria Machado Chaves). Edições 70. 1976.
- PERES, J. A. *Elementos para uma gramática nova*. Coimbra: Livraria Almedina. 1984.
- MARCONDES, Danilo. A concepção de linguagem no “Crátilo” de Platão. In *Separata. Revista de estudos e comunicações*. vol. XIII – 1986 – 36.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 6ª ed. SP: Cultrix. 1972.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. SP: Cultrix. 1984. (Col. Os Pensadores)

